



INTERVENÇÃO DO MINISTRO DAS FINANÇAS, MÁRIO CENTENO

Audição Regimental

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

6 DE FEVEREIRO DE 2019

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

Retomamos hoje as audições regimentais nesta Comissão.

Estamos na quarta e última sessão legislativa da XIII legislatura, pelo que esta audição permite que o Governo preste contas sobre um período bastante abrangente da governação, analisando a atual situação económica, orçamental e financeira do país e comparando com o início da legislatura.

Em 2018, vamos cumprir de novo todos os objetivos orçamentais.

O défice em 2015 foi de 4,4%, e devemos fechar 2018 com um valor próximo de 0,6% do PIB. Ano após ano apresentámos os valores de défice mais baixos do período democrático.

A dívida pública em percentagem do PIB caiu para 121,4% em 2018. Dez pontos percentuais que colocam a dívida abaixo do valor de 2012.



A execução orçamental em 2018 cumpriu todas as metas da despesa, executamos 99,64% da despesa pública aprovada pela Assembleia da Republica em novembro de 2017.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

Aproveito esta vinda à COFMA para falar mais uma vez sobre a Saúde.

Em 2018 a despesa efetiva do SNS aumentou 470ME (+4,9% de crescimento, acima do crescimento de 3,1% previsto no OE 2018) totalizando a despesa em saúde em 2018 10.070ME. Atingiu-se, pela primeira vez, um valor semelhante ao do período anterior ao Programa de Ajustamento.

Se compararmos os dados de 2015 e 2018, o que nos permite ter uma visão sobre a quase globalidade desta legislatura, verificamos que a despesa do SNS aumentou 12%. Neste período, o aumento da despesa com saúde, superior a mil milhões de euros, explicou 60% de todo o aumento da despesa corrente primária da Administração Central.

Na época das *fake news* e dos títulos fáceis estes números desmentem a campanha caluniosa da oposição.

O resultado deste esforço é o facto de termos hoje mais 8.500 profissionais das diferentes áreas no SNS do que em 2015, um aumento de 7%, entre os quais se contam mais 2.400 médicos e mais 4.000 enfermeiros.



Senhora presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

As percepções erradas não se fixam por aqui e estendem-se ao investimento público. Em 2018, a despesa com investimento na Administração Central e na Segurança Social cresceu 17,1%. Entre o final da anterior legislatura e a atual legislatura o investimento cresceu cerca de 10%.

Nos últimos dois anos Portugal foi dos países com maior crescimento do investimento público na área do euro.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

A receita fiscal tem sido o espelho do crescimento da economia.

Numa legislatura em que baixamos taxas dos dois mais importantes impostos, o IRS e o IVA. Numa legislatura em que introduzimos importantes incentivos fiscais ao investimento e à criação de emprego e simplificamos o maior dos impostos às empresas, o IRC. Segundo a Comissão Europeia, Portugal tem o mais atrativo sistema de incentivos fiscais ao reinvestimento de lucros da União Europeia.

Nesta legislatura o crescimento do emprego, da atividade e do investimento traduziu-se sim num crescimento da receita fiscal.



Nesta legislatura há mais emprego. Muito mais emprego. Mais 300 mil postos de trabalho. O esforço nobre das empresas e famílias excedeu as expectativas que tínhamos em Abril de 2015 quando prevíamos para estes quatro anos a criação de 125 mil empregos.

Nesta legislatura há mais contribuições pagas, mais pensões a serem formadas e menos subsídios de desemprego.

Nesta legislatura mais salário está associado a menos impostos. Uma verdade tem que ser dita. Os desempregados da anterior legislatura não pagavam impostos sobre o trabalho. Não tinham emprego. Eram incentivados a emigrar.

Os emigrantes de facto não pagavam IVA pelo seu consumo em Portugal. Simplesmente não consumiam em Portugal.

Os portugueses sentem os resultados do aumento do salário mínimo, da extinção da sobretaxa, da criação de mais escalões de IRS, ou da atualização do mínimo de existência, ou seja, do aumento do valor até ao qual os rendimentos não pagam IRS.

Aumentaram-se as deduções e aumentaram-se as isenções mas, mesmo assim, há quem se queira convencer de que hoje os portugueses pagam mais impostos para o mesmo rendimento.

Vejam os que se passou com o IRS:



- As medidas adotadas pelo XXI Governo durante a legislatura foram todas no sentido de tornar o imposto mais equitativo e, conseqüentemente, menos oneroso para as famílias.
- Desde logo, repusemos as deduções automáticas por cada descendente e ascendente que faça parte do agregado familiar, em substituição do quociente familiar com uma importante poupança fiscal para as famílias mais carenciadas. Acresce, ainda, o alargamento do mínimo de existência dos titulares de rendimentos de categoria B, em 2018, e o aumento do valor de €8.500 para €9.150, em 2019.
- Para os portugueses foi importante a extinção da sobretaxa de IRS, o que representa uma poupança anual de cerca de 1034 milhões de euros para o conjunto das famílias portuguesas e a a carga fiscal que lhes é exigida. Adicionalmente, o aumento da progressividade do imposto, através da criação de novos escalões nas taxas gerais de IRS, representa também uma poupança anual na ordem dos 385 milhões de euros na carga fiscal global.
- Por fim, já em 2019, introduzimos importantes medidas de incentivo à poupança-reforma, como a possibilidade de exclusão, parcial ou total, da mais-valia gerada na venda de imóveis afetos à habitação própria e permanente quando o valor da realização seja reinvestimento por pensionistas em produtos de poupança reforma. Foram também



introduzidas medidas de incentivo fiscal ao regresso dos que saíram do país, na sua larga maioria jovens altamente qualificados e que trarão para Portugal um importante contributo para a modernização do tecido empresarial português.

Todos os portugueses sabem o que é um *enorme aumento de impostos*. E sabem que esse aumento aconteceu em 2012 e 2013. E sabem que, para o mesmo rendimento, o IRS pago em 2019 será mais de 1000 milhões de euros inferior ao de 2015.

Vamos então a alguns casos concretos.

Um casal com dois filhos com um rendimento mensal de 660 euros cada, tem um rendimento anual de 18.480 euros. Em 2019 paga menos 750 euros de imposto do que em 2015. Uma redução de 90% do imposto pago.

Um casal com dois filhos com um rendimento mensal de 1000 euros cada, tem um rendimento anual de 28.000 euros. Em 2019 paga menos 481 euros de imposto do que em 2015. Uma redução de 18% do imposto pago.

Finalmente, um casal de pensionistas com uma pensão mensal de 1100 euros cada, tem um rendimento anual de 30.800 euros. Em 2019 paga menos 494 euros de imposto do que em 2015. Uma redução de 20% do imposto pago.



Estes são casos concretos, de portugueses que pagam muito menos IRS em 2019 do que em 2015 e que não se deixam enganar pelos arautos das notícias falsas.

Isto é exatamente o contrário de um colossal aumento de impostos. É falso que tenha aido um aumento de impostos nesta legislatura.

Pelo contrário, a maior parte dos portugueses sentiu um alívio fiscal, proporcionado pela eliminação da sobretaxa e pela reforma dos escalões do IRS.

Se dividirmos a receita fiscal naquilo que resulta das políticas deste Governo e o que tem origem no crescimento económico, verificamos que se o país não crescesse e apenas considerássemos as políticas deste Governo, teríamos uma grande redução da carga fiscal. A título de exemplo, os três grandes impostos, em matéria de receita, que são o IVA, o IRS e o IRC, durante a atual legislatura e graças às medidas do Governo, reduziram 1.9 mil milhões de euros na sua receita. No entanto, o crescimento económico, com o aumento dos salários, diminuição do desemprego, aumento da confiança na economia e consequente aumento do consumo, gerou mais 6,6 mil milhões de euros de receita para o Estado. Foi a economia que gerou esta receita.



O aumento da receita fiscal resulta de um crescimento económico saudável e generalizado. Nem sempre foi assim, é verdade. Mas não é por isso de devemos não celebrar esse facto.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

Vivemos hoje um período único de convergência económica e social com a União Europeia.

A convergência económica ocorre porque o país cresce mais do que a média dos países da União Europeia.

A convergência financeira existe porque o país reduz o endividamento muito mais do que a média dos países da União Europeia.

A convergência social existe porque o país reduz os diferenciais de rendimento das famílias com a média da União Europeia, porque o emprego cresce mais do que em todos os outros países europeus, porque o desemprego cai mais do que em todos os outros países europeus.

Quando nos comparamos com os países que na Área do Euro crescem mais do que Portugal, aqueles países que encantam os partidos da oposição o que é que vemos?



Portugal tem respondido de forma extraordinária aos desafios que se lhe têm colocado nos últimos anos.

- A redução do endividamento das famílias, das empresas superior à que ocorreu em média nos países que cresceram mais do que Portugal (PT 48pp; na AE 11pp);
- Aumento do investimento privado acima da média dos países que mais cresceram na área do euro (PT 21%; na AE 12%);
- Consolidação orçamental maior do que a registada em média na área do euro (saldo primário acumulado em 2016-17: PT 5,1%; na AE 1,1%);
- Maior redução da dívida pública (PT 4,3 pp; na AE 0,2 pp);
- Redução do desemprego e crescimento do emprego superiores aos da área do euro (PT - 30%; na AE -20%)

Conseguir tudo isto em simultâneo é muito pouco usual numa economia. Poucas economias o conseguiram fazer. Por isso, poucos acreditavam que os portugueses o conseguiriam fazer. Portugal está, de facto, de parabéns. Aqueles que publicam notícias falsas, infelizmente não estão.

Pois é Senhores Deputados, Portugal está hoje a fazer o que muitos destes países fizeram há quatro, cinco, seis anos. E nessa altura estes países não cresciam como Portugal hoje cresce. Cresciam menos.



Hoje estamos a preparar o mais sustentável período de crescimento em Portugal. Com menos endividamento, público e privado, com mais investimento, público e privado. Com mais emprego, sim público e privado. E com mais portugueses. Com muitos mais portugueses.

Mas só começamos a ver esse caminho em 2016. Até lá falavam-nos do Diabo. Da inexistência de alternativas. Da necessidade de expiar pecados por vivermos acima das nossas possibilidades. Das vantagens em emigrar.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

A Conta Geral do Estado de 2017 reflete mais um ano em que Portugal cumpriu com os portugueses. No crescimento recorde do emprego. Na queda recorde do desemprego. No crescimento recorde do investimento. No maior ganho de exportações até ao momento do período de recuperação da economia portuguesa.

Mas foi também o ano da saída do Procedimento de Défices Excessivos; da recuperação do sistema financeiro português, em que capitalizamos a CGD. Foi o ano do maior aumento de rating da República Portuguesa das últimas décadas. Foi o ano em que o reconhecimento das Finanças Públicas portuguesas chegou ao Eurogrupo.



A CGE de 2017 foi avaliada positivamente pelo Tribunal de Contas. Teve 60 recomendações, menos 40% do que em 2015. E a maioria das recomendações de 2016 foram adotadas pelo Governo.

Este é um longo percurso. É desse percurso que devemos continuar a cuidar de hoje em diante.

Muito obrigado.